

Apêndice do ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MAJOR ISIDORO

(Processo Administrativo nº 002.008.765956)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT
Compra/Serviço/Obra:	Aquisições/Compras

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 O ETP é o documento inicial da fase de planejamento que analisa minuciosamente a demanda específica, buscando identificar a melhor solução disponível no mercado para atendê-la, em conformidade com as normas e princípios da Administração Pública:
 - a) Garantir a viabilidade técnica da contratação e abordar a questão do impacto ambiental;
 - b) Identificar o interesse público em jogo e a solução mais adequada;
 - c) Fundamentar o projeto básico/termo de referência, que serão elaborados somente quando a contratação for viável.
- 1.2 Nos termos do próprio texto da IN n.º 58 de 2022, o ETP é deverá **evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução a ser adotada dentre todas as opções possíveis** (art. 3º, inciso I). A partir da sua elaboração, deve ser possível avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.
- 1.3 Assim, o ETP materializa a primeira etapa da **fase preparatória da contratação**, antecedendo o Termo de Referência (TR), o anteprojeto (adotado no caso de contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada), e o projeto básico ou o projeto executivo, a depender do caso.
- 1.4 A correta **elaboração do ETP** é essencial à elaboração de um bom TR (ou documento equivalente) e ao consequente prosseguimento da contratação pretendida. Com base nele, se buscará entender quais as necessidades do órgão administrativo (**análise interna**) para, posteriormente, buscar no mercado possíveis soluções para atendimento dessas demandas averiguadas (**análise externa**).
- 1.5 Ressalte-se que a **elaboração do ETP** de maneira errada ou insuficiente pode levar a licitações frustradas/fracassadas, falhas na estimativa de preços, contratações que não atendam plenamente à efetiva necessidade administrativa etc.
- 1.6 Nesse contexto, a seguir será apresentado um **modelo de ETP** que visa dar apoio ao ensino público como mecanismo indispensável para garantir o acesso e a permanência dos alunos e embasar o Documento de Formalização da Demanda – DFD, conforme previsto na Lei 14.133/2021, de forma a relacionar as condições, descrições, quantidades, valores estimados, frequência e periodicidade dos serviços.

2. ÁREA REQUISITANTE

Órgão/Entidade:	Secretário(a):
Secretaria Municipal de Transportes - SMT	Osny dos Santos Silva

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (NLL, ART. 18º, §1º, I)

- 3.1 Trata o presente estudo sobre a análise da demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes, tendo-se como objetivo levantar sobre a viabilidade técnica na contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas genuínas e/ou originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e máquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira) de diversas marcas e modelos pertencentes a frota municipal de Major Izidoro/AL.
- 3.2 O Município de Major Izidoro/AL se estende por 453,9 km² e contava com 19.804 habitantes no último censo (2022). A densidade demográfica é de 43,6 habitantes por km² no território do município. Limita-se com os municípios de Jaramataia, Cacimbinhas e Craíbas, Major Izidoro se situa a 26 km a Norte-Oeste de Craíbas, a cidade mais próxima nos arredores. Situado a 204 metros de altitude, Major Izidoro tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9° 31' 57" Sul, Longitude: 36° 59' 27" Oeste.
- 3.3 Com esta contratação, podemos entender a importância do objeto licitado no presente estudo, para garantir o bom desenvolvimento de todas as atividades executadas pelo município, sendo imprescindível, para garantir a boa condição de funcionamento dos ônibus que operam no transporte escolar para acesso dos alunos às escolas, uma vez que, a ausência de transporte escolar gratuito aos alunos, torna-se uma barreira intransponível ao exercício Constitucional do direito à educação, direito este, que está garantido no **inciso VII, do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in verbis:**

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...) *omissis*

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (**redação dada pela Emenda Constitucional no 59, de 2009**).

- 3.4 Anota-se, ainda, que a legislação infraconstitucional também traz disposições legais no mesmo sentido:

Art. 11 – Os Municípios incumbir-se-ão de:

(...) *omissis*

VI – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal; (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96**).

Art. 54 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...) *omissis*

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (**Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990**).

- 3.5 A contratação deste objeto é justificável pela necessidade de atender as necessidades dos veículos da frota oficial de Major Izidoro com vistas a preservar o patrimônio público e aumentar a vida útil dos veículos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento, para o atendimento, com segurança, das demandas de operacionalização do transporte, na locomoção de autoridades e servidores, alunos, pacientes e demais usuários, bem como na distribuição de expedientes e outras atividades para as quais é necessária a utilização de veículos oficiais e, conseqüentemente, evitar prejuízos para o funcionamento das atividades inerentes a esta municipalidade.
- 3.6 A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7 A frota municipal, composta por veículos leves e de passeio, incluindo automóveis e motocicletas; veículos da linha pesada, como caminhões, ônibus, vans e similares; bem como máquinas pesadas, a exemplo de tratores, motoniveladoras, retroescavadeira e pás carregadeiras, exerce papel indispensável na execução das políticas públicas e na prestação contínua dos serviços essenciais a população. Trata-se de um conjunto de bens que sustenta atividades administrativas, operacionais e de infraestrutura, sendo fundamental para o atendimento das demandas do Município de Major Izidoro/AL.

- 3.8 Para assegurar que essa frota opere de forma eficiente, segura e ininterrupta, torna-se imprescindível a realização periódica de manutenções preventivas e corretivas, visando não apenas corrigir falhas, mas principalmente antecipar desgaste naturais decorrentes de uso contínuo, prolongado a vida útil dos veículos e equipamentos, nesse contexto, a aquisição de peças automotivas de qualidade adequada mostra-se essencial para atender as necessidades do município.
- 3.9 Investir em peças de qualidade pode representar uma economia significativa a longo prazo. Peças genuínas ou de boa procedência tendem a ter uma vida útil mais longa e oferecer melhor desempenho, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e reparos adicionais.
- 3.10 Manter a frota municipal em conformidade com as regulamentações de segurança e ambientais é uma responsabilidade importante. A utilização de peças adequadas e certificadas é essencial para garantir que os veículos atendam aos padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores.
- 3.11 Esses pontos ressaltam a importância de contar com uma empresa especializada no fornecimento de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo caminhão, ônibus, pick-up e vans, e assim garantir a funcionalidade e a segurança da frota de veículos do município de Major Izidoro.
- 3.12 Sob o prisma da economicidade e da gestão responsável do erário, a adoção de peças automotivas de procedência idônea e desempenho compatível com as exigências operacionais da frota municipal traduz-se em medida racional e vantajosa, uma vez que a maior durabilidade e confiabilidade desses componentes reduzem a necessidade de substituições sucessivas, mitigam custos decorrentes de manutenções corretivas recorrentes e contribuem para a preservação dos demais sistemas mecânicos e estruturais dos veículos.
- 3.13 Registra-se, que a necessidade foi identificada e fundamentada, sob a ótica do interesse público, em razão da otimização de recursos, visando à eficiência operacional e à melhoria contínua na aprendizagem dos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino. Trata-se de uma medida estratégica que objetiva assegurar a efetividade das atividades desempenhadas por essas entidades, promovendo uma gestão eficaz e responsável dos recursos públicos, em consonância com os princípios da administração pública.
- 3.14 Assim, no cumprimento dos comandos legais retro citados, que sinaliza o dever do município de adquirir o objeto, justifica-se esta contratação, uma vez que, o fornecimento de peças automotivas genuínas ou de qualidade comprovada, especialmente destinadas a veículos do tipo caminhão, ônibus, pick-up e vans, providencia-se indispensável a garantia da funcionalidade, segurança e eficiência da frota municipal, em consonância com o interesse público e com a adequada prestação de serviço a coletividade.

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, II)

- 4.1 A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.
- 4.2 O Plano Estratégico da Administração para o período de 2026 pretende comunicar, de forma simples e direta, aos públicos interno e externo, os principais objetivos do órgão e suas respectivas metas e iniciativas estratégicas. Ele assegura à Administração, direção e continuidade administrativa, sem prejuízo da identificação das especificidades em prol de uma prestação dos serviços, sob a ótica administrativa cada vez mais ágil e efetiva.
- 4.3 Assim, a relação entre a demanda e/ou necessidade prevista e as quantidades de materiais e/ou produtos, objeto a ser contratado resultou no levantamento detalhado de quantidades definidas por execuções anteriores, o que originou de fato os estimados completos dos quantitativos dos produtos a serem contratados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, III)

- 5.1 São requisitos da contratação:
- 5.1.1 Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Major Izidoro.

- 5.1.2 Regime de execução: o regime adotado será o de empreitada por preço unitário.
- 5.1.3 Permissão de participação de consórcios: Não;
- 5.1.4 Permissão de participação de empresas estrangeiras: Sim
- 5.1.5 Subcontratação: não será permitido subcontratação.
- 5.1.6 Modalidade de licitação: Pregão regrado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.1.7 Forma: Eletrônica para maior abrangência e maior competitividade, estando em conformidade com o que rege § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.8 Procedimentos para Contratação: Sistema de Registro de Preços.
- 5.1.9 Critério de Julgamento: Menor preço/Maior Desconto.
- 5.1.10 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**
- 5.1.10.1 Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, com o objetivo de registrar formalmente as propostas de preço para futuras contratações objeto desta licitação, com compromisso obrigacional por parte das empresas CONTRATADAS, e sem obrigar que sejam efetivadas pela Administração as aquisições que dele poderão advir.
- 5.1.10.2 A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada a este ETP, ao Termo de Referência e ao Edital e seus Anexos, em todas as suas cláusulas, e às propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e toda a legislação federal, estadual e municipal pertinente.
- 5.1.10.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas do Termo de Referência, independentemente de sua transcrição. No caso da CONTRATADA, depois de convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ela previstas no Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO/AL registrará os licitantes por Região, como CADASTRO DE RESERVA, na ordem de classificação, desde que aceitem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 5.1.10.4 A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações e ter seu prazo de vigência prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, obedecidas às disposições contidas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.
- 5.1.11 **BENS COMUNS:**
- 5.1.11.1 Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.1.11.2 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.1.11.3 Para fornecimento dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.1 **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**
- 5.1.1.1 **Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista:** Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021

- 5.1.1.2 **Da Habilitação Econômica/Financeira:** Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021
- 5.1.1.3 **Da Habilitação Técnica:** Alvará de localização e funcionamento comprovando que a licitante possui autorização para desempenhar atividades pertinentes ao objeto da contratação.
- 5.2 A contratação visa garantir a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro** o pleno desenvolvimento de suas ações externas. Assim, a existência dessa contratação é manutenção direta da missão e da visão política e técnica para atuar na prestação de serviços públicos.
- 5.3 As notas fiscais devem ser emitidas em duas vias, com especificação dos serviços e da quantidade de peças.
- 5.4 A contratação do fornecimento, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos:
- 5.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
 - 5.1.2. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - 5.1.3. Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023;
 - 5.1.4. Decreto Municipal nº 13, de 31 de janeiro de 2025;
 - 5.1.5. Instrução Normativa nº SEGES/ME Nº 65, de 07 de julho de 2021; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.
- 5.5 A premissa para a contratação é que a empresa atenda plenamente à necessidade de peças destinadas a demanda de veículos das linhas leves, pesadas e dos maquinários da frota municipal, conforme os critérios definidos neste ETP, assim como a promoção de práticas sustentáveis. A descrição dos requisitos contemplados neste documento visa garantir uma contratação efetiva que atenda às expectativas da administração pública municipal e ao mesmo tempo instigue a participação ativa de diversos licitantes, preservando a competitividade e a obtenção da melhor relação custo-benefício, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

5.5.1 TABELA DE PREÇOS DAS PEÇAS PARA VEÍCULOS:

- 5.5.1.1 A fixação do valor das peças a serem adquiridas pela **Prefeitura de Municipal de Major Izidoro** será estabelecida com base no percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora, incidente sobre os preços praticados pelo sistema **CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE**, para todas as montadoras cadastradas no sistema, e para os veículos/máquinas que não tem cadastro na tabela, o desconto poderá ser sobre outras tabelas oficiais, tabelas do fabricante, cotação da concessionária ou média de mercado.
- 5.5.1.2 O sistema **CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE** é um software para elaboração de orçamentos, composto por um completo banco de dados de preços e códigos de peças de veículos de diversas montadoras.
- 5.5.1.3 Os valores de peças contidos do Sistema **CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE**, são preços públicos sugeridos pelas próprias montadoras de veículos e pelas concessionárias e possibilita a confecção de orçamentos com transparência e segurança. O sistema não fornece preços de peças do mercado paralelo.
- 5.5.1.4 **Para participação do certame o licitante deverá apresentar o software no ato da contratação, para devida conferência dos preços, considerando que o valor apresentado pelo sistema é o preço praticado no mercado.**
- 5.5.1.5 A licitante vencedora será sempre previamente informada dos valores orçados no sistema **CILIA, AUDATEX OU OUTRA SIMILAR DE IGUAL CONFIABILIDADE**, recebendo inclusive cópia do orçamento fornecido pelo sistema.
- 5.5.1.6 As peças de reposição utilizadas para manutenção dos veículos serão peças originais.
- 5.5.1.7 Não serão aceitas peças usadas, remanufaturadas ou recondicionadas.

- 5.5.1.8 A qualquer momento a **Prefeitura de Municipal de Major Izidoro** poderá solicitar que seja comprovada a origem das peças e componentes utilizados.
- 5.5.1.9 Para a máquinas e veículos caso não possua essa tabela original o licitante deverá apresentar declaração informando que a tabela não existe. (ato do contrato).
- 5.5.1.10 A contratação observa os critérios de sustentabilidade ambiental recomendados pelo Órgãos competente, e a contratada deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da legislação vigente.
- 5.5.1.11 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, IV)

- 6.1 A estimativa das quantidades para a contratação pretendida levou em consideração a elaboração de plano de trabalho, com base no fornecimento em períodos anteriores, pois demonstram com maior precisão a nossa necessidade, bem como, a disponibilidade orçamentária e financeira disponível para eventual e futura contratação:

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Catmat
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS MECÂNICOS DOS RESPECTIVOS FABRICANTES DE VEÍCULOS LEVES/PASSEIO (VEÍCULOS E MOTOS)	Unidade	1	18856
2	PEÇAS E ACESSÓRIOS MECÂNICOS DOS RESPECTIVOS FABRICANTES DE VEÍCULOS PESADOS, TIPO CAMINHÃO, ÔNIBUS, VANS E OUTROS	Unidade	1	18856
3	PEÇAS E ACESSÓRIOS MECÂNICOS DOS RESPECTIVOS FABRICANTES DE MÁQUINAS (TRATOR, MOTONIVELADORA, RETROESCAVADEIRA E PÁ CARREGADEIRA)	Unidade	1	18856

- 6.2 A quantidade de veículos que compõem a frota municipal representa um número mínimo a ser apresentado para fim de atendimento do Edital, podendo haver aumento ou diminuição de veículos conforme reestruturação da frota na execução cotidiana do contrato, assim para o melhor atendimento, inicialmente, considera-se o constante da tabela abaixo:

6.2.1. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SMAP:

VEÍCULOS LEVES (MOTOCICLETA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	PASSEIRO MOTOCICLETA	HONDA/NXR160 BROS ES	SAG0A25	PRETA	9C2KD0810PRO81864	01347713589	ADMINISTRAÇÃO	PRÓPRIO
VEÍCULOS LEVES (AUTOMOVEIS)								
Item	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	SITUAÇÃO
02	PASS AUTOMOVEIS	VW NOVO GOL TL	QLH0286	BRANCA	9BWAG45U8JT040500	01141130766	ADMINISTRAÇÃO	PRÓPRIO
VEÍCULOS MEDIO GRANDE PORTE (CAIMINHONETE)								
Item	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição	Descrição
03	ESPECIAL CAMINHONETE	I/NISSAN FRONTIER SE X4	SAH9C20	BRANCA	8ANBD33F29L342294	01326966976	ADMINISTRAÇÃO	PRÓPRIO
04	ESPECIAL CAMINHONETE	I/NISSAN FRONTIER SE X4	SAH2E49	BRANCA	8ANBD33F29L342297	01325429470	ADMINISTRAÇÃO	PRÓPRIO

6.2.2. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOI:

VEÍCULOS LEVES (CAMINHÕES)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	CARGA CAMINHÃO	FIAT STRADA HD WK CC E	QWK8378	BRANCA	9BD5781FFLY361889	01206029037	OBRAS	PRÓPRIO
VEÍCULOS PESADOS (CAMINHÕES)								
Item	Descrição	Item	Descrição	Item	Descrição	Item	Descrição	SITUAÇÃO
02	CARGA CAMINHÃO BASCULHANTE	M.BENZ/ATRON 2729 6X4-	ORD8G38	BRANCA	9BM693388DB924118	00592541525	OBRAS	PRÓPRIO
VEÍCULOS PESADOS (MÁQUINAS)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
06	CATERPILLAR	120 K	C-7	AMARELA	*CAT0120KCJAP03283*		OBRAS	PRÓPRIO
07	MOTONIVELADORA	GR1803BR		AMARELA	>XUG18031JMPB00327<		OBRAS	PRÓPRIO
08	PÁ CARREGADEIRA	W 130		AMARELA	*HBZNW130LDAE05061*	*NDAE05061	OBRAS	PRÓPRIO
09	RETROESCAVADEIRA	JCB 3CX		AMARELA	SOR3CXTTKM3038487	SD320/45064H00301077	OBRAS	PRÓPRIO
10	PÁ CARREGADEIRA	LW350KV	XCMG	AMARELA	>XUG0350KHNPB00034>		OBRAS	PRÓPRIO



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



6.2.3. Secretaria Municipal de Educação e Esportes - SMEE:

VEICULOS PESADOS (ÔNIBUS)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	PASSAGEIRO ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	ORK7947	AMARELA	93PB58M1MFC054376	01048777178	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
02	PASSAGEIRO ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SAC8A20	AMARELA	93PB58M10NC066815	01284990211	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
03	PASSAGEIRO ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SAD5C40	AMARELA	93PB58M10NC066829	01285631223	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
04	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/15.190 EO ESCOLAR HD	NME4442	AMARELA	9532882W2AR013066	00202912094	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
05	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/NEOBUS 15.190 ES	SAG9B82	AMARELA	9532E82W9PR039990	01344507520	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
06	PASSAGEIRO ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	ORK7957	AMARELA	93PB58M1MFC054378	01048360080	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
07	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/15.190 EOD E.HD ORE	OHD3632	AMARELA	9532E82W6DR320687	00528111710	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
08	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/15.190 EOD E.S.ORE	NMG7622	AMARELA	9532882W4BR135042	00309736927	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
09	PASSAGEIRO ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L EO	OHG9718	AMARELA	93PB54M10DC043632	00500297428	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
10	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/NEOBUS 15.190 ES	SAG9B92	AMARELA	9532E82W9PR040752	01344395187	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
11	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/15.190 EOD E.HD ORE	OHD3472	AMARELA	9532E82W9DR309179	00528103040	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
12	PASSAGEIRO ONIBUS	VW/15.190 EOD E.S.ORE	OHB6993	AMARELA	9532E82W3DR317360	00532964802	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
13	PASSAGEIRO ONIBUS	M.BNZ/MPOLO TORINO GUV	MUL4872	AMARELA	9BM384073WB182863	00715265296	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO
VEICULOS PESADOS (CAMINHÃO)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
33	CARGA CAMINHÃO	M BENZ/ACELLO	SAD9J00	AMARELA	9BM979076MB223440	01287312990	EDUCAÇÃO	PRÓPRIO

6.2.4. Secretaria Municipal de Saúde - SMS:

VEICULOS LEVES (AUTOMÓVEIS)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	AUTOMÓVEL	FIAT/TORO	RPA3J77	BRANCA	9882261PNNKE58112	01292949802	SAÚDE	PRÓPRIO
02	AUTOMÓVEL	VW/GOL	QLH0276	BRANCA	9BWAG45U5JT040275	01140802701	SAÚDE	PRÓPRIO
VEICULOS LEVES (MOTOCICLETA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
20	MOTOCICLETA	HONDA/BROZ160		VERMELHA	9C2KDO810KR237370		SAÚDE	PRÓPRIO
21	MOTOCICLETA	HONDA BROZ/160	ORH0865	PRETA	9C2KD0560CR5154	14920	SAÚDE	PRÓPRIO
VEICULOS LEVES (AMBULÂNCIA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
22	CAR/CAMIN FURGÃO	FIAT FIORINO HD WK E	QLK7687	BRANCA	9BD2651JHK9115004	01166205832	SAUDE	PRÓPRIO
23	CAR/CAMIN FURGÃO	FIAT FIORINO HD WK E	QLK3707	BRANCA	9BD2651JHK9115279	01165674855	SAUDE	PRÓPRIO
24	ESPECIAL CAMINHONETE	RENAULT MASTER MARIMAR	QLJ3715	BRANCA	93YMAFEXCKJ415621	01161304050	SAUDE	PRÓPRIO
25	ESPECIAL CAMINHONETE	FIAT FIOR MODIFICAR AB1	SAI7E69	BRANCA	9BD2651PAP9220999	01326818209	SAUDE	PRÓPRIO
26	ESPECIAL CAMINHONETE	FIAT FIOR MODIFICAR AB1	SAI7E69	BRANCA	9BD2651PAP9220539	01326818870	SAUDE	PRÓPRIO
27	ESPECIAL CAMINHONETE	RENAULT MASTER REVES	SAA4A96	BRANCA	93YF62001PJ231238	01300662759	SAUDE	PRÓPRIO
28	CAR/CAMIN FURGÃO	FIAT FIOR VRIO AMB	TNN6A35	BRANCA	9BC2651PFS9300712	01447703631	SAUDE	PRÓPRIO
29	CAR/CAMIN FURGÃO	FIAT FIOR VRIO AMB	TNN6A95	BRANCA	9BD2651PFS9300376	01447708099	SAUDE	PRÓPRIO

6.2.5. Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAG:

VEICULOS PESADO (CAMINHÃO)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	CARGA CAMINHÃO	IVECO / TECTOR 170E21	SAD1E86	BRANCA	93ZA01RF0P8951882	013004161452	AGRICULTURA	PRÓPRIO
02	CARGA CAMINHÃO	IVECO / TECTOR 170E21	SAD1G76	BRANCA	93ZA01RF0P8951969	01304848342	AGRICULTURA	PRÓPRIO
03	CARGA CAMINHÃO	M.BENZ/ATRON 2729 K 6x4	ORJ5371	BRANCA	9BM693388DB942853	00992985749	AGRICULTURA	PRÓPRIO
04	CARGA CAMINHÃO	IVECO / TECTOR 170E21	SAA6C06	BRANCA	93ZA01RF0P8950694	01298005199	AGRICULTURA	PRÓPRIO

05	CARGA CAMINHAO	IVECO / TECTOR 240E28	RGQ2B47	BRANCA	93ZE2MH0L8938144	01239225625	AGRICULTURA	PRÓPRIO
06	CARGA CAMINHAO	IVECO / TECTOR 150E21	SAD9C84	BRANCA	93ZA01LF0P8950931	01317893252	AGRICULTURA	PRÓPRIO
VEICULOS LEVES (MOTOCICLETA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
09	PASS MOTOCICLETA	HONDA/NXR150 BROS	NMF7916	BRANCA	9C2KD0510AR100094	00226646097	AGRICULTURA	PRÓPRIO
VEICULOS PESADOS (TRATORES)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
10	TRATOR	BL88	-	AMARELO	82659000	420DS	AGRICULTURA	PRÓPRIO
11	TRATOR	NEW HOLLAND		AZUL			AGRICULTURA	PRÓPRIO
12	TRATOR	NEW HOLLAND TT 4030		AZUL	4795669910		AGRICULTURA	PRÓPRIO
13	TRATOR	VALTRA A 750 E		AMARELO	453084160		AGRICULTURA	PRÓPRIO
VEICULOS LEVES (CARGA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
14	CARGA CAMINHONETE	FIAT STRADA ENDURANCE CS	SAJOD29	BRANCA	9BD281A2DPYX95752	01327229428	AGRICULTURA	PRÓPRIO

6.2.6. Secretaria Municipal de Limpeza e Iluminação Pública - SEMIP:

VEICULOS PESADOS (CAMINHÃO)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	CARGA CAMINHÃO	IVECO TECTOR 170E28	SAD8654	BRANCA	93ZA1PMH0N8950119	01297957617	LIMPEZA	PRÓPRIO
02	CARGA CAMINHÃO	IVECO TECTOR 170E28	RGT7H73	BRANCA	93ZA01RF0M8940954	01261277721	LIMPEZA	PRÓPRIO
VEICULOS LEVES (AUTOMOVEIS)								
VEICULOS LEVES (CARGA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
05	CARGA CAMINHONETE	FIAT/STRADA FIRE FLEX	NMG0851	BRANCA	9BD27803MB7359172	00280483341	ILUM LIMPEZA	PRÓPRIO

6.2.7. Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social - SMHAS:

VEICULOS LEVES (automovel)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	PAS/ AUTOMOVEL	FIAT CRONOS DRIVE 1.3	SAG6H68	BRANCA	8AP359AFPPU239647	01330902790	CONSELHO TUTELAR	PRÓPRIO
02	PAS/ AUTOMOVEL	FIAT UNO MILLE ECON	OHF7269	BRANCA	9BD15822AD6771212	0496285491	ASSIS SOCIAL	PRÓPRIO
VEICULOS LEVES (CARGA)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
06	CARGA CAMINHON	FIAT STRADA ENDURANCE	SAJ0D19	BRANCA	9BD281A2DPYX93445	01327228553	ASSIS SOCIAL	PRÓPRIO

6.2.8. Secretaria Municipal de Transportes - SMT:

VEICULOS LEVES (AUTOMOVEIS)								
Item	Descrição	Modelo	Placa	Cor	Nº Chassi/Série	Renavam	Secretaria	SITUAÇÃO
01	ESP/CAMINH	FIAT FIOR MODIFICAR AB1	OHB8543	BRANCA	9BD255049D8964584	00540783510	TRANSPORTE	PRÓPRIO
02	PAS/AUTOMOVE L	VW/NOVO GOL 1.0	OHG3897	BRANCA	9BWAA05UXEP082997	0585043469	TRANSPORTE	PRÓPRIO
03	PAS/AUTOMOVE L	FIAT UNO MILLE ECONOMY	NMJ5387	BRANCA	9BD15822AB6514592	00250039524	TRANSPORTE	PRÓPRIO

6.3 Por se tratar de contrato estimativo, somente na vigência do contrato, e no interesse da Administração, os quantitativos de refeições prontas podem ser alterados por meio de novas contratações e/ou desfazimento, sendo que neste caso o município sempre formalizará a situação do quantitativo.

6.4 As peças deverão ser genuínas ou originais de fábrica, ou seja, só serão aceitas peças de primeira linha. Entende-se por peças originais/genuínas aquelas que atendem as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, conforme resolução vigente ou seja, serão admitidas peças de qualquer marca, desde que com as mesmas especificações técnicas e qualidade da peça que será substituída.

- 6.5 A **Prefeitura Municipal de Major Izidoro** caso julgue necessário poderá realizar pesquisa de mercado para avaliação do preço final das peças dos fornecedores em cada solicitação de compra. Nos casos em que os preços das peças solicitadas estiverem com seu valor superior ao praticado no mercado, a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**, em defesa do interesse público, adotará as seguintes providências: a) A empresa titular do fornecimento será acionada para adequar seu preço ao preço de mercado; b) Não havendo adequação do preço, nos termos da Lei e preservando o interesse público, a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro** poderá adquirir o específico item no mercado; c) A reincidência de preços acima do mercado, praticadas pela empresa detentora do fornecimento, poderá levar ao descredenciamento da mesma do Registro de Preços, e; d) A contratada deverá substituir imediatamente, sem ônus para a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**, as peças que após a entrega e aceite, apresentarem defeitos durante o período de garantia

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO (NLL, ART. 18º, §1º, V)

- 7.1 Neste tópico, urge a importância de pesquisar e determinar as possíveis soluções capazes de identificar, empreendimentos passíveis de aproximar as compras públicas da administração municipal às práticas adotadas pelo mercado, considerando e impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

- 7.2 Considerando a Lei nº14.133/2021:

Art. 18. § 1º

(...) *Omissis.*

“V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.”.

- 7.3 Considerando a IN SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, onde se lê:

“III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.”.

- 7.4 Após pesquisa de bens que poderiam atender à demanda de “fornecimento de peças para a frota de veículos da **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**”, verificou-se como alternativas para tal:

1 - Execução direta pela prefeitura, por meio de um processo de licitação para a aquisições de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira);

2 - Execução direta pela prefeitura, por meio de carona a ata de registro de preços para a aquisições de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira).

- 7.5 Assim, dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou soluções que melhor atendessem às desta municipalidade.

7.6 Das possíveis formas de contratação, verificou-se:

Solução 1: buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Solução 2: manifestar “IRP” junto a outro órgão, na condição de participante.

Solução 3: realizar licitação própria para:

1 - Aquisição das peças por maior desconto sobre a tabela do fabricante. Diante da escolha da melhor forma de solucionar o problema, verificamos que a aquisição por maior desconto é a solução mais viável, pois não necessitamos de listar as peças e seja qual for a peça a ser utilizada o município vai ter condições de adquiri-la e em conformidade com o preço do fabricante.

2 - Fornecimento de peças por item, através de listagem de itens de peças para cada veículo – essa metodologia não se mostra vantajosa para a Administração, pois não há como identificar todas as peças necessárias para os veículos, sendo uma infinidade de peças a listar, bem como não há como saber quais peças a administração irá precisar.

7.7 Após análise criteriosa sobre as soluções, notou-se que não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para realização das aquisições de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira), com fornecedores do ramo para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.

7.8 Logo, a **Solução 3 – item 1**, foi a escolhida para esta contratação: Aquisição de peças automotivas veicular por demanda.

7.9 Vale destacar que, após análise, foi possível concluir que não há variações quanto à contratação do objeto em tela. Assim, a variação se dá pela **“execução direta pela prefeitura, por meio de um processo de licitação”** pela modalidade aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Ademais, notou-se que não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.

7.10 Logo, a contratação de empresa especializada para aquisição de peças veicular, objeto do presente ETP se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos municipais em prol do atendimento da demanda de alunos matriculados, oferecendo às crianças e jovens, uma educação de qualidade. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

7.11 Desta feita, o levantamento de mercado será definido pelo setor de compras no andamento do processo de acordo com o art.18, 22 e 23 da lei 14133/2021, bem como, a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e regulamentos municipais.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VI)

8.1. Com fulcro no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado de referência desta contratação será definido no setor de compras deste município, tendo em vista ser o órgão competente para esta demanda.

8.2. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação encontra-se compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. **Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.**

- 8.3. **Salienta-se que a Administração optou por divulgar a estimativa do valor da contratação até a conclusão da licitação.** Nesse caso o orçamento estimado da contratação não terá caráter sigiloso.
- 8.4. A justificativa para a opção de divulgação do orçamento estimado, é fundamentada no entendimento da Administração no sentido de que, ao dispor sobre a habilitação econômico-financeira dos licitantes, a Nova Lei admite que o Edital “nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação” (art. 69, §4º, da Lei 14.133/21). Caso o orçamento esteja sob sigilo, esta exigência seria de impossível cumprimento por parte dos licitantes, já que não teriam como saber se atendem ou não à previsão legal (que será replicada nos Editais).
- 8.5. E a situação é ainda mais grave sob a ótica sancionadora, o art. 154, inc. VIII, da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), estabelece que o licitante será responsabilizado quando “apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato”. Assim sendo, não é difícil prever que diversos licitantes serão sancionados em razão da prestação de declaração falsa, caso não detenham patrimônio líquido mínimo baseado no orçamento (que é sigiloso).
- 8.6. Em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 24 da Lei 14.133/21 proibição absoluta à revelação do orçamento e ainda, por tratar de licitação regida pelo critério de julgamento por maior desconto, justifica-se a publicidade do preço estimado ou o máximo aceitável no edital da licitação, uma vez que ele será o limite referencial para apresentação das propostas. (art. 24, parágrafo único, da NLL)
- 8.7. Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados pela autoridade superior, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO (NLL, ART. 18º, §1º, VII)

- 9.1 A solução especificada e que se pretende adquirir tais itens, refere-se à processo licitatório, através do SRP, em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, administrativa e uma melhor gestão orçamentária.
- 9.2 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.3 A contratação de empresa para a aquisição de peças genuínas e/ou originais com julgamento de maior desconto pela tabela, constantes na estimativa de quantitativo acima, será a solução mais adequada, haja vista que é a solução adotada comumente pelos órgãos públicos e rotineiramente realizada pelo **Município de Major Izidoro**, não se vislumbrando no momento outra solução mais adequada.
- 9.4 Conclui-se pela viabilidade de indicar a solução para atendimento da necessidade em questão que é mais vantajoso ao município pela contratação de sociedade empresária ou unipessoal para a prestação de serviços, pelo regime de execução por preço unitário, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios, com toda a despesa do fornecimento inclusa, conforme legislação vigente.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VIII)

- 10.1. Em regra, conforme a Lei nº14.133/2021, onde se lê:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

- I - a responsabilidade técnica;
- II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

10.2. E ainda na mesma Lei Nº14.133/2021:

“Art 40 § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.”

10.3. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.4. Nesse caso, **avaliação da divisibilidade do objeto** considerando o mercado fornecedor:

(x) É possível a contratação da solução de forma divisível sem haver prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. (ADJUDICAÇÃO: MENOR PREÇO / MAIOR DESCONTO POR ITEM)

() Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: A contratação de apenas uma empresa para o fornecimento do objeto justifica-se pelo ganho de escala que pode ser obtido.

10.5. Conforme estabelecido pelo decreto nº 9.858/2023, a aplicação do princípio do parcelamento do objeto em um edital de licitação é fundamental quando a divisão do objeto é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, não representando perda de economia de escala. A justificativa para aplicar o parcelamento reside na possibilidade de garantir a ampliação da competição e evitar a concentração de mercado, conforme disposto no Art. 342, incisos I a III. Além disso, o parcelamento possibilita a valorização das peculiaridades do mercado local, contribuindo para a economicidade e a qualidade na aquisição de bens e serviços, como mencionado no Art. 343 e seus parágrafos. Essa estratégia permite à administração pública obter melhores preços e condições, aproveitando as vantagens competitivas de diferentes fornecedores, e promove a inclusão de pequenas e médias empresas no processo licitatório, dinamizando a economia local.

10.6. Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala; quer seja na forma material, não sendo admitida a participação de consórcio. No entanto, poderá ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

10.7. As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame.

- 10.8. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.
- 10.9. Assim, a licitação será dividida em itens separados, logo, há necessidade de parcelamento da solução uma vez que um único item não atenderá ao modelo de contratação.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS (NLL, ART. 18º, §1º, IX)

- 11.1 A adoção do registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de peças genuínas/originais representará uma solução eficaz para a **Prefeitura Municipal de Major Izidoro** em termos de economicidade.
- 11.2 Primeiramente, esta modalidade de contratação permite à administração pública obter preços mais baixos e condições mais vantajosas devido à previsão de demandas futuras.
- 11.3 Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.
- 11.4 A agilidade na contratação e a possibilidade de aquisição em grande escala resultarão em um custo por viagem reduzido, maximizando o custo-benefício da operação destes serviços.
- 11.5 Portanto, a contratação por meio do registro de preços visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de peças genuínas/originais atenderá à demanda imediata do município, além de propiciar uma significativa economia e um uso mais estratégico dos recursos disponíveis pela **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**. Essa abordagem garantirá maior eficiência nas atividades administrativas, beneficiando toda a comunidade em geral.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (NLL, ART. 18º, §1º, X)

- 12.1 A Prefeitura Municipal de Major Izidoro deve adotar uma série de providências operacionais e estruturais para garantir a efetiva implementação do registro de preços visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de peças genuínas/originais para atender a demanda de veículos da frota oficial. Estas medidas são fundamentais para assegurar a eficiência, a eficácia e a economicidade do contrato.
- 12.2 A fim de garantir a adequação da contratação ao interesse público e o alinhamento com as diretrizes da Lei 14.133, são necessárias as seguintes providências detalhadas:
- 12.2.1 Elaboração de um plano de gestão de riscos, identificando potenciais problemas que possam impactar a execução contratual e medidas de contingência para cada um deles.
 - 12.2.2 Definição clara das atribuições dos agentes públicos a serem designados para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
 - 12.2.3 Capacitação dos servidores envolvidos no processo licitatório e na gestão do contrato, com foco nas particularidades da aquisição de bens.
 - 12.2.4 Desenvolvimento e implementação de um SRP que respeite as exigências do Art. 82 da Lei 14.133 e que permita a flexibilidade adequada à variedade e à periodicidade das contratações realizados pela Prefeitura Municipal de Major Izidoro.
 - 12.2.5 Realização de pesquisa ampla de mercado para atualização dos preços registrados, de acordo com o que determina o Art. 85 da Lei 14.133.
 - 12.2.6 Formalização das etapas do processo licitatório, incluindo a elaboração do edital e da minuta do contrato com seus respectivos anexos e termos de referência que reflitam as necessidades detalhadas da **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**.

- 12.2.7 Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a empresa contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
- 12.2.8 Alinhamento constante entre as expectativas das diversas unidades administrativas e a empresa contratada para evitar discrepâncias entre os serviços contratados e executados.
- 12.2.9 Pactuação de cláusulas contratuais que prevejam a forma de reajuste de preços, condições de pagamento, sanções em caso de inadimplência, entre outros mecanismos necessários para uma contratação segura e eficiente.
- 12.2.10 Implementação de processos e estruturas de governança para avaliação contínua, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos, de maneira a atender aos objetivos estipulados no Art. 11 da Lei 14.133.
- 12.2.11 Observância das legislações ambientais aplicáveis e adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, de acordo com o Art. 18, XII da Lei 14.133.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (NLL, ART. 18º, §1º, XI)

- 13.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.
- 13.2 A análise das contratações correlatas e interdependentes relacionadas à solução escolhida, indica que não há necessidade de contratações adicionais antes da implementação desta solução. A contratação supre uma demanda específica e imediata, voltada para o fornecimento fracionado de peças automotivas genuínas e/ou originais, necessários para atender as demandas dos veículos que compõe a frota oficial do município.
- 13.3 Nesse contexto, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (NLL, ART. 18º, §1º, XII)

- 14.1 Certo é que o planejamento e execução dos procedimentos licitatórios devem sempre serem motivados com vistas à redução do consumo, análise da produção, distribuição, uso e disposição, o que determinará a vantajosidade econômica da proposta, estimulando assim os fornecedores a proporcionarem ao mercado produtos e serviços sustentáveis e que, de certa forma, fomentem a inovação com o uso racional de produtos com menor impacto ambiental negativo.
- 14.2 Para esta contratação não se verifica impactos ambientais relevantes, mas no que diz respeito às obrigações da área requisitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.
- 14.3 Assim, consta da Prefeitura, algumas práticas de gestão adequadas de resíduos, incluindo a separação e a destinação correta dos materiais descartados, no qual é fundamental para reduzir o impacto ambiental.
- 14.4 Certo é que o planejamento e execução dos procedimentos licitatórios devem sempre serem motivados com vistas à redução do consumo, análise da produção, distribuição, uso e disposição, o que determinará a vantajosidade econômica da proposta, estimulando assim os fornecedores a proporcionarem ao mercado produtos e serviços sustentáveis e que, de certa forma, fomentem a inovação com o uso racional de produtos com menor impacto ambiental negativo.
- 14.5 A consciência da responsabilidade de cada cidadão, das organizações em geral e, em especial, do poder público, quanto as mudanças que viabilizem a continuidade da vida no planeta, vem crescendo a cada dia, ainda que com percalços, de forma contraditória, com avanços e retrocessos, e com as dificuldades inerentes aos processos humanos.
- 14.6 Sob tal perspectiva, as contratações públicas sustentáveis representam a adequação da contratação ao que se chama consumo sustentável. Significa pensar a “proposta mais vantajosa para a administração” levando-se em conta não apenas o menor preço, mas o custo como um todo, considerando a manutenção da vida no planeta e o bem-estar social. Vale lembrar que os recursos naturais do país e sua biodiversidade são recursos públicos e como tal devem ser preservados

- 14.7 Visando minimizar os possíveis impactos ambientais que poderão advir da presente contratação, deverão ser observadas todas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em todas as fases do procedimento administrativo.
- 14.8 A comprovação da observância aos critérios registrados poderá ser feita mediante apresentação de certificado emitido por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o material fornecido cumpre as exigências elencadas no Termo de Referência.
- 14.9 Observância às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos gerados na construção civil, conforme estabelecido na Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;
- 14.9.1 Controle da emissão de ruídos que não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 14.9.2 Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para a execução de serviços;
- 14.9.3 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 14.10 Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia quantos às precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais na execução dos serviços.
- 14.11 A fiscalização poderá solicitar a qualquer tempo a comprovação do descarte adequado dos materiais sob pena da aplicação de sanções.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (NLL, ART. 18º, §1º, XIII)

- 15.1 Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível a realização de licitação para a contratação do objeto em tela. A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados.
- 15.2 Assim, pode-se afirmar que tal oferta pública contribui para a igualdade de acesso a direitos fundamentais, especialmente para assegurar a dignidade humana como um valor e um direito que é referência para os demais direitos e, que a contratação pretendida mostra-se viável tecnicamente e necessária.
- 15.3 Este ETP está de acordo com a legislação vigente;
- 15.4 Assim sendo, diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 16.1 Encerradas as considerações sobre o modelo de contratação mais adequado, cumpre avaliar se existe potencial para o procedimento licitatório gerar benefícios, o que deve ser feito com base nas seguintes perspectivas:
- 16.1.1 Aumento do Poder de Barganha que se verifica quando o comprador consegue utilizar sua capacidade de negociação para obter ofertas melhores junto ao mercado. No caso do Estado, isso se verifica quando, por exemplo, há grande competição nos Pregões Eletrônicos. Aumentar o poder de barganha significa estimular a competição nos certames e isso pode trazer benefícios significativos em termos de preço e qualidade dos produtos e serviços adquiridos;

- 16.1.2 Obtenção de Economias de Escala que ocorrem quando uma empresa consegue fechar a venda, ou uma promessa de venda, numa quantidade significativa que garanta uma remuneração maior, mas, com a mesma base de custos fixos. Quando isso ocorre, uma empresa consegue vender a preços menores, pois, a relação receita vs. custos fica mais positiva, assim, consegue atingir um mesmo percentual de lucro com vendas a um preço menor. Nesse sentido, ao ofertar uma oportunidade de vendas maiores, pode-se incentivar as empresas a venderem por um preço inferior aos preços homologados nas compras, e,
- 16.1.3 Redução dos Custos de Transação que se verifica quando atividades paralelas que possuem um objetivo semelhante são racionalizadas e executadas por um único grupo especializado. Essa racionalização permite que as pessoas tenham tempo para desempenhar outras atividades e reduz diretamente os custos com pessoal, suprimentos e energia, relacionados com a aquisição tanto do lado dos compradores públicos quanto do lado das empresas licitantes.
- 16.2 Enxerga-se potencial para a obtenção de grandes benefícios nas três perspectivas supracitadas do objeto em tela.
- 16.3 Em relação ao aumento de poder de barganha, como há garantia de redução de custos de transação e potencial para ganhos de escala, reforça-se a possibilidade de concretização dessa variável.
- 16.4 Pela perspectiva da redução de custos de transação, verifica-se uma garantia de benefício, uma vez que a administração necessita transportar estudantes.
- 16.5 Quanto às economias de escala, também se verifica potencial de obtenção de benefícios, uma vez que não se vislumbram grandes impactos em termos de custos variáveis para os licitantes com o aumento da escala da contratação.
- 16.6 Uma licitação individualizada e com demanda menor exigirá as mesmas atividades de gestão da frota disponibilizada e de administração do negócio que a da licitação centralizada, independente da escala de operação dos órgãos. Sendo assim, o aumento da escala poderá gerar uma percepção positiva dos licitantes em termos de aumento de margem de receita, apesar do consequente maior risco.
- 16.7 Observada uma aderência completa do objeto aos três critérios de avaliação, conclui-se que esta é viável, oportuna e conveniente para a administração. Assim, **DECLARAMOS**, com base no estudo realizado, que o **Registro de Preços (RP)**, visando à presente aquisição de peças genuínas/originais, de forma contínua e fracionada, visa alcançar resultados que estejam alinhados aos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei 14.133 de abril de 2021, garantindo a estas demandas a oferta mais vantajosa para atender a demanda de veículos da frota oficial do **MUNICÍPIO DE MAJOR IZIDORO**.
- 16.8 Além disso, é possível permitir a padronização de um serviço com qualidade adequada e maior transparência para execução dos contratos, considerando os pontos listados a seguir: a) Existe orçamento disponível para a contratação desse serviço no exercício corrente na dotação orçamentária, além da perspectiva de provimento de recursos para os próximos anos de exercício; b) Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível; c) As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista e com a série histórica do contrato; d) No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por quase todos prestadores de serviço o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência; e) O estudo indica a necessidade do parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação; e, f) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

17. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

- 17.1 É preciso levar em consideração os seguintes pontos:
- 17.1.1 A diminuição do orçamento para custeio nos últimos anos e a previsão orçamentária para os próximos;
- 17.1.2 A necessidade de adequação das atividades dos entes que integram a administração pública municipal, e,
- 17.1.3 A quantidade estimada dos itens para os próximos anos.



17.2 A contratação em comento é viável e necessária levando-se em consideração os pontos explanados anteriormente, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de aquisição de bens comuns, de apoio à realização das atividades essenciais, justificando-se pela própria natureza dos bens contratados, que visam propiciar o bom funcionamento dos veículos lotados da frota oficial da **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**.

16.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida, a contratação através de licitação de aquisição de peças automotivas e demais despesas inclusas, com parcelamento em itens diferentes, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, atendendo às necessidades demandadas e com ganhos em eficiência e economicidade.

16.2. Diante do exposto, conclui-se ser viável a contratação pretendida de fornecimento de peças automotivas genuínas/originais para atender as necessidades da frota oficial de veículos das linhas leves, pesadas e maquinários da **Prefeitura Municipal de Major Izidoro**.

Major Izidoro/AL, 05 de janeiro de 2026.

Área Requisitante:

OSNY DOS SANTOS SILVA
Secretário Municipal de Transportes - SMT